

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 28/2011**

Período: 10/09/2011 – 16/09/2011

GEDES – Brasil

- 1- Colunas opinativas criticam ocupação militar em favelas na cidade do Rio de Janeiro
- 2- Comissão da Verdade I: governo estabelece caráter de urgência para aprovação de projeto de lei
- 3- Comissão da Verdade II: governo discute critérios para a indicação dos membros que irão compor a comissão
- 4- Ministério Público Federal busca cumprir decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas votação da Lei de Acesso à Informação pode atrasar o processo
- 5- Indústria de defesa I: grandes empresas brasileiras reforçam negócios na área de defesa e segurança
- 6- Indústria de defesa II: Embraer Defesa e Segurança investe em projeto de revitalização tecnológica de aeronaves militares
- 7- Ex-ministro José Dirceu discursa a favor de mais recursos para as Forças Armadas
- 8- Ministro de Minas e Energia defende a construção de novas usinas nucleares

1- Colunas opinativas criticam ocupação militar em favelas na cidade do Rio de Janeiro

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Alexandre Barros, cientista político e consultor em análise de risco político, afirmou que as soluções para conter o problema de segurança pública no Brasil deveriam ser reexaminadas. Com essa afirmação, Barros alude ao problema da ocupação militar nas favelas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Para ele, o modo de vida militar em regime de quartel, com suas peculiaridades de respeito à hierarquia e à antiguidade, regula a vida dos integrantes das Forças Armadas; e esta maneira de viver é difícil de ser transposta para o cotidiano civil, uma vez que a sociedade é regulada por regras democráticas, que a permitem realizar ações que seriam proibidas nos quartéis. Isto explica, por exemplo, o tiroteio ocorrido no Complexo do Alemão quando civis foram mortos pelos militares que ocuparam morro. Barros declarou que o evento não repercutiu em maior polêmica porque as pessoas feridas são pobres, e mesmo que pertencessem ao tráfico, todos são cidadãos que possuem direitos constitucionais a serem observados. O cientista político finalizou declarando a urgência em se estabelecer na sociedade uma convivência pacífica através de organizações democráticas e civis, de maneira a evitar episódios como o ocorrido no Complexo do Alemão. Em análise com argumentação semelhante, a coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, assinada por Pedro Vieira Abramovay, professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), defendeu a retirada do Exército das favelas cariocas.

Segundo o autor, apesar da propaganda de pacificação dos morros com o comparecimento das Forças Armadas, “a presença perene dos militares impede a instalação de UPPs [Unidade de Polícia Pacificadora] e o fortalecimento dos vínculos comunitários”. Abramovay afirmou que as Forças Armadas são preparadas para o combate belicoso contra determinada força opositora, diferentemente da função policial. (Folha de S. Paulo – Opinião – 13/09/11; O Estado de S. Paulo - Opinião - 10/09/11)

2- Comissão da Verdade I: governo estabelece caráter de urgência para aprovação de projeto de lei

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o governo da presidente Dilma Rousseff pretende aprovar até o final de mês de setembro o projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, a qual pretende construir a narrativa oficial sobre as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. A aprovação deverá ser feita em caráter de urgência, mediante um acordo entre as lideranças envolvidas. Segundo o assessor especial do Ministério da Defesa, o ex-deputado José Genoino, a maioria dos partidos que compõem a base governista estão de acordo com a proposta, com exceção do partido Democratas (DEM). Em resposta, o líder do DEM na Câmara dos Deputados, Antonio Carlos Magalhães Neto, afirmou que o partido não é contrário à instituição da Comissão, mas tem ressalvas quanto sua composição, pois teme que a mesma sirva a interesses partidários. Contra essa objeção, alguns observadores apontam que o próprio texto de criação, minuciosamente formulado pelo ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, juntamente com a cúpula militar, garante que, além de não possuir um caráter judicial, a Comissão deverá se constituir sobre uma base plural. Apesar das contradições, tanto Genoino quanto Magalhães Neto acreditam ser possível um acordo. Segundo os jornais, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, esteve no dia 13/09/11 no Congresso Nacional, acompanhada dos cinco ex-titulares da pasta, para entregar aos presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney, um documento em que pedem a aprovação do projeto da Comissão Nacional da Verdade, argumentando que esta é de interesse suprapartidário. De acordo com Rosário, “o direito à memória e à verdade é uma conquista que podemos legar ao nosso povo. Somente conhecendo as práticas de violações desse passado recente evitaremos violações no futuro”. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* informaram que de acordo com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza, a votação está prevista para o dia 28/09/11, data que leva em consideração a pauta da Câmara e a agenda da presidente Dilma Rousseff. (*Correio Braziliense* – Política – 12/09/11; *Correio Braziliense* – Política – 14/09/11; *Folha de S. Paulo* – Poder – 14/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 12/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 14/09/11; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 15/09/11)

3- Comissão da Verdade II: governo discute critérios para a indicação dos membros que irão compor a comissão

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo federal já começou a discutir o perfil dos membros que integrarão da Comissão Nacional da

Verdade, antes mesmo da aprovação formal da mesma. O texto em tramitação na Câmara dos Deputados prevê que o colegiado será composto de forma pluralista por sete pessoas indicadas pela presidente Dilma Rousseff, que já decidiu não nomear representantes militares ou militantes dos direitos humanos ligados às famílias das vítimas de violações dos direitos humanos. Para o ex-ministro Paulo Vannuchi, os membros do grupo deverão ser estudiosos do período, mas apartados das disputas políticas e ideológicas que o marcaram. Entre os nomes que começam a surgir estão o do ex-vice-presidente da República Marco Maciel e o do ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo. Segundo o jornal, o Partido Democrata (DEM) manifestou que quer uma definição mais clara dos critérios para indicação dos membros, pois não desejam que a Comissão seja politizada e que sirva para radicalizações. O partido ainda afirmou que deseja que dois dos integrantes da Comissão sejam indicados pelo Congresso. Em coluna opinativa para o *Correio*, o jornalista Alon Feuerwerker defendeu um caráter pluralista na composição da Comissão da Verdade, bem como um trabalho documentado, um levantamento factual sobre o período do regime militar brasileiro (1964-1985). Para Feuerwerker, o Brasil não precisaria de uma narrativa oficial dos acontecimentos de referido período, visto que já existem narrativas suficientes para tal; o que é necessário é um trabalho mais abrangente para a Comissão da Verdade, ao invés de apenas oficializar interpretações históricas parciais sobre o período. O jornalista indicou que a Comissão deve ser composta com base na pluralidade, e ao mesmo tempo buscar ao máximo a neutralidade dos membros, que devem desenvolver um trabalho pautado no levantamento e análise de documentos. (*Correio Braziliense – Política – 14/09/11; Correio Braziliense – Política – 15/09/11*)

4- Ministério Público Federal busca cumprir decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas votação da Lei de Acesso à Informação pode atrasar o processo

Conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, enquanto aguarda a aprovação da Comissão da Verdade, o Ministério Público Federal (MPF) segue as determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que estipulou o prazo de um ano para que o Brasil investigue e, se necessário, puna àqueles que praticaram violações aos direitos humanos durante o regime militar (1964-1985). Devido à proximidade do prazo, que termina dia 14/12/11, a Procuradoria Federal encaminhou um ofício às Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão pedindo prioridade na busca e na punição dos acusados de cometerem crimes como homicídio e tortura durante o período. Uma das indicações do MPF é que sejam identificadas as vítimas e os agentes públicos responsáveis pelas violações. Contudo, segundo o periódico, a validação recente da Lei da Anistia não admite a punição penal dos acusados. Ademais, como reportado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o processo pode sofrer atrasos devido a decisão do presidente do Senado, José Sarney, em conjunto com o presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Fernando Collor, em adiar a votação no Senado da Lei de Acesso à Informação, a qual reduz de 30 para 25 anos o período de sigilo de documentos ultra-secretos, permitindo uma única prorrogação do prazo. Segundo o *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, Collor apresentou à Mesa Diretora do Senado um requerimento de informação, fundamentado na Constituição e no regimento do Senado, que

adiará a votação do projeto que acaba com o sigilo eterno de documentos oficiais. Segundo Collor "o que se propõe é submeter o sigilo a uma revisão periódica e não apenas a uma única revisão. Insistir na versão do sigilo eterno é falsear os fatos, é distorcer informações, é ganhar a manchete e perder a verdade". Em contraposição, o senador Randolfe Rodrigues afirmou que "a proposta tem pedido de urgência, isso é um descumprimento, não cabe protelação. É uma afronta não só ao governo, mas ao Regimento Interno do Senado". (Correio Braziliense – Política – 12/09/11; Correio Braziliense – Política- 16/09/11; Folha de S. Paulo – Poder – 16/09/11)

5- Indústria de defesa I: grandes empresas brasileiras reforçam negócios na área de defesa e segurança

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, grandes grupos empresariais passaram a investir nos setores de defesa e segurança com o objetivo de alavancar o mercado nacional brasileiro. O “renascimento” da indústria local de defesa tem sido estimulado pelo tendente crescimento econômico do país. Os reflexos desse processo podem ser percebidos com o incremento dos recursos destinados à defesa, a ampliação dos projetos e a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que prevê a priorização das companhias locais e a transferência de tecnologias, no caso dos equipamentos importados. De acordo com o periódico, como as empresas de destaque na área são de médio porte, grandes corporações decidiram somar esforços e passaram a investir pesado na área. Os grupos Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Embraer, Avibrás e Odebrecht decidiram reforçar seus negócios na esfera militar, buscando promover parcerias com empresas estrangeiras e investindo na geração de equipamentos e no desenvolvimento de tecnologias nacionais. No caso da Embraer, apesar de ser antigo seu envolvimento com os setores estratégicos, os investimentos nesse campo tornaram-se expressivos recentemente. Segundo dados divulgados pelo *Estado*, a área de defesa representa atualmente 13% da receita da empresa (em 2006 esse valor correspondia a 5%). Além de seu envolvimento no projeto governamental para a construção do avião cargueiro KC 390, a Embraer pretende integrar o Sistema de Segurança das Fronteiras (Sisfron), outro grande investimento na área. Já o presidente da Odebrecht, Roberto Simões, salientou que, apesar de as decisões serem “grandes apostas”, é preciso olhar com cautela para os investimentos realizados no campo da defesa e segurança, pois nunca se sabe se os projetos resistem às transições governamentais. Para ele, o desenvolvimento de estruturas dessa natureza é feito em longo prazo, devendo se constituir um plano de Estado e não apenas de governo. Conforme noticiado pelo jornal, além das empresas nacionais, o Brasil tem atraído, na área de defesa, investimentos de grandes grupos estrangeiros, como a Cassidian, empresa parte da multinacional européia EADS, que pretende instalar no país um centro de engenharia para o desenvolvimento de softwares de defesa e segurança. (*O Estado de S. Paulo – Negócios – 12/09/11*)

6- Indústria de defesa II: Embraer Defesa e Segurança investe em projeto de revitalização tecnológica de aeronaves militares

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a empresa Embraer Defesa e Segurança (EDS) descobriu um novo viés de negócios: a revitalização tecnológica de aeronaves militares, o que pode lhe render US\$ 2 bilhões. Segundo o analista americano Rick Austin, da Universidade da Califórnia, metade deste valor é estimado da demanda externa por este tipo de serviço e a outra metade de três contratos nacionais (dois da Aeronáutica e um da Marinha). A Embraer é responsável pela atualização de 57 supersônicos F-5 e 43 bombardeiros leves AMX da Força Aérea Brasileira e 12 jatos de combate Skyhawk da Marinha. Os dois comandos acreditam que na nova configuração, seus esquadrões possam ser mantidos em operação até 2025. Segundo uma fonte que não quis ser identificada, a característica principal dos programas "é a sua notável capacidade de fazer dos velhos caças, novos caças; não somente reformados, mas sim virtualmente reconstruídos, dos rebites ao novo radar de longo alcance". De acordo com o presidente da EDS, Luiz Carlos Aguiar "a revitalização, opção de baixo custo, é alternativa frente à necessidade de substituição de frotas envelhecidas e à baixa disponibilidade de orçamento. Sob essa ótica, a atividade passa a ser uma oportunidade de mercado, ainda mais para nossa empresa, comprovadamente capacitada a atender essa demanda". Entretanto, Aguiar salientou que independente da modernização, cada aeronave deve ser substituída ao longo do tempo por modelos melhores. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/09/11)

7- Ex-ministro José Dirceu discursa a favor de mais recursos para as Forças Armadas

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que durante palestra no seminário sobre petróleo organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, o ex-ministro José Dirceu enfatizou a necessidade de investimentos do governo brasileiro nas Forças Armadas, especialmente na modernização do Exército e da Marinha. Em discurso para cerca de 200 conferencistas, dos quais 80% eram estrangeiros, Dirceu afirmou que "um país da dimensão do Brasil não pode deixar de ter um poder militar defensivo tecnologicamente avançado" e ainda salientou que o país necessita proteger sua riqueza do pré-sal. Para o ex-ministro, o Exército precisa ser modernizado, porque o país necessita de uma Força Armada defensiva, embora não exista nenhum problema fronteiriço entre o Brasil e seus vizinhos e nenhum litígio político com nenhum país da América do Sul. Segundo o jornal, José Dirceu é réu no processo do mensalão, esquema de corrupção levado à público no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e foi chamado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de "chefe da quadrilha". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/09/11)

8- Ministro de Minas e Energia defende a construção de novas usinas nucleares

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, defendeu no dia 15/09/11 a continuidade dos projetos de construção de usinas nucleares no Brasil, apesar dos acidentes ocorridos no exterior, argumentando que estes sinalizam riscos a ser evitados. De acordo com o ministro, o projeto brasileiro de construção das quatro usinas nucleares está mantido, com a instalação de duas usinas da região nordeste e duas no

sudeste do país. Entretanto, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, afirmou que o programa está sendo reavaliado por causa do ocorrido na cidade de Fukushima, no Japão. Ainda de acordo com Tolmasquim, a matriz energética brasileira para os próximos anos deverá ser composta por hidrelétricas, usinas eólicas, de biomassa e térmicas à gás. (O Estado de S. Paulo – Planeta – 16/09/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).